

Eurest/Compass Group não respeita direitos dos trabalhadores

A Eurest Portugal, Ld.^a, pertencente ao Compass Group, não respeita direitos fundamentais dos trabalhadores, garantidos por Lei em Portugal e por Directivas Comunitárias, como é o caso do direito à negociação e consulta.

Em Novembro de 2007 a Eurest tomou por concessão à Makro Cash & Carry Portugal, S. A. seis restaurantes Novorest desta empresa e assumiu os contratos de trabalho dos mais de 100 trabalhadores existentes;

Mal tomaram conhecimento da transacção que estava a ser feita, os representantes dos trabalhadores solicitaram uma reunião às duas empresas envolvidas;

Contudo, nem uma nem outra aceitaram reunir com os representantes dos trabalhadores.

Já depois de efectuado o negócio, os representantes dos trabalhadores voltaram a insistir na marcação de uma reunião, mas as empresas nem responderam ao pedido feito.

Ora, o direito à informação e consulta previsto no artigo 320.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003 e pelas Directivas Comunitárias n.º 71/187/CEE, de 14-2, n.º 98/50/CE, de 29-06 e n.º 2001/23/CE, visa a negociação e obtenção de um acordo sobre as medidas que pretendam ser tomadas em relação aos trabalhadores e na sequência da transmissão dos estabelecimentos.

Ao não solicitar a reunião aos representantes dos trabalhadores nos termos e para os efeitos referidos e, pior ainda, ao recusar a realização de qualquer reunião, a Eurest violou um direito consagrado na lei portuguesa e nas directivas comunitárias.

Por abaixo-assinado subscrito pela generalidade dos trabalhadores afectados, estes usaram o direito de oposição previsto nas referidas Directivas que, por força do art.º 8.º da Constituição da Republica Portuguesa, vigoram na Ordem Jurídica Interna e prevalecem sobre todo o direito ordinário interno;

E, de acordo com os preceitos e princípios em vigor na Ordem Jurídica Interna e Comunitária, não é possível operar-se a cessão da posição contratual da entidade patronal, em caso de transmissão de estabelecimento, sem o consentimento do trabalhador, ou, pior ainda, contra a sua vontade, devidamente expressa;

Pois o trabalho e, por maioria de razão, o trabalhador não é uma qualquer "mercadoria" e não pode ser transferido de um empregador para outro contra a sua vontade e sem o seu consentimento.

Por outro lado, há dívidas e direitos adquiridos dos trabalhadores que foram postos em causa com a transmissão dos estabelecimentos;

Dívidas e direitos que a Eurest Portugal até à data não assegurou a sua manutenção, como são os casos:

- Subsídio de alimentação nas férias de anos anteriores que a Makro deve e, solidariamente, a Eurest;
- Cartão com 8% de desconto nas compras nos estabelecimentos da Makro;
- Vale de Natal para os filhos menores no valor anual de € 37,50;
- Cabaz de Natal no valor de € 50 anuais;
- Prémio anual de objectivos até 2 meses/ano;

- Consultas gratuitas de clínica geral;
- Direito a uma actualização salarial anual mínima;
- Direito a descanso nos feriados na época do Natal e no 1.º de Maio.

Assim, esta associação sindical não pode deixar de apresentar publicamente o seu mais veemente protesto e profunda repulsa pela actuação e comportamentos da Euresst Portugal, Ld.^a e exige o cumprimento escrupuloso dos direitos dos trabalhadores e da legislação em vigor.

O Sindicato apresentou também um protesto junto do Grupo Compass.

Porto, 09 de Maio de 2008

A Direcção